

**Habeas Corpus nº:** 0003298-64.2014.8.17.0000 (0331738-8)  
**Comarca Origem:** Vara Única de Águas Belas  
**Impetrante:** Roberto Lapa Leite  
**Paciente:** **Rejane Ferreira da Silva**  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PACIENTE DENUNCIADA PELA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO OREVISITO NO ART. 171, C/C O ART. 14, II, DO CP. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Em relação ao suposto excesso de prazo na conclusão do Inquérito Policial, entendo que o mesmo encontra-se superado com o oferecimento da denúncia e regular tramitação do processo. Ademais, a teor da Súmula nº 91 do TJPE, "*Eventuais irregularidades no Inquérito Policial não contaminam o processo nem ensejam a sua nulidade*". Ademais, o processo encontra-se tramitando de forma regular, tendo o Judiciário se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário, não havendo qualquer ilegalidade no processo a ser sanada por via da concessão da presente ordem.

II - O habeas corpus não é meio adequado para revolvimento probatório, cabendo à instrução a discussão acerca da culpa ou não da acusada. Inteligência da Súmula nº 80 do TJPE.

III - A prisão preventiva foi decretada pelo Juízo a quo, em 03/01/2014, porque, em liberdade, a imputada representa ameaça à ordem pública, ante a possibilidade de reiteração criminosa, vez que a paciente cometeu o mesmo delito em outro Estado. Outrossim, destacou o Juízo a quo que, residindo em outro Estado e diante do caráter delitivo que demonstra, há risco real de a paciente evadir-se do distrito da culpa, frustrando, assim, a aplicação da lei penal. Medida extrema que deve ser mantida.

IV - A presença de condições favoráveis, tais como residência fixa, primariedade e ocupação lícita, embora devam ser devidamente valoradas, não são suficientes, por si sós, para obstar a decretação da prisão cautelar, quando, devidamente embasada nos fundamentos do art. 312 do Código de Processo Penal, esta mostrar-se necessária, fato que se amolda ao caso em tela.

*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos Habeas Corpus nº **0331.738-8**, em que figuram, como impetrante, o Bel. Roberto Lapa Leite e, como paciente, Rejane Ferreira da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em denegar a presente ordem, tudo consoante consta do relatório, voto e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 28 de Maio de 2014.

MA

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**

**Habeas Corpus nº:** 0003298-64.2014.8.17.0000 (0331738-8)  
**Comarca Origem:** Vara Única de Águas Belas  
**Impetrante:** Roberto Lapa Leite  
**Paciente:** **Rejane Ferreira da Silva**  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Órgão Julgador:** 2º Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado por Roberto Lapa Leite, em favor de **Rejane Ferreira da Silva**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da Vara Única de Águas Belas-PE (proc. nº. 0001461-43.2013.8.17.0150).

O impetrante afirma que a **paciente é inocente**. Assevera tratar-se de pessoa com **condições pessoais favoráveis**, que **preenche os requisitos para a obtenção de liberdade provisória**, com ou sem fiança.

Registra que a acusada, **presa desde 10/12/2013**, sem que tenha oferecido qualquer resistência, está respondendo o processo de origem por suposta prática da conduta descrita nos **arts. 171, c/c o art. 14 do Código Penal**, cuja pena é de 01 a 05 anos, e a **instrução não foi concluída**, além de que **não existem provas de periculosidade**, de forma que a segregação cautelar caracteriza uma ilegalidade - verdadeira antecipação da pena.

Alerta o fato de que a prisão ocorreu em 10/12/2013, data do fato, mas o **inquérito policial só foi concluído em 24/01/2014**, o que também configurou excesso de prazo, não tendo sido observado o disposto no art. 10 do CPP.

**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

Pede, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura.


Não juntou qualquer documento.

Às fls. 15/16, esta Relatoria indeferiu o pedido liminar, ocasião na qual foram solicitadas as informações à autoridade apontada como coatora, através do Ofício nº 118/2014 (fls.19).

O MM. Juiz *a quo* prestou, em 20/05/2014, as informações solicitadas (fls. 22/23), permitindo-me observar o andamento do feito em epígrafe.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça lançou o parecer de fls. 41/43, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife,  de Maio de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**

Relator

---

**Habeas Corpus nº:** 0003298-64.2014.8.17.0000 (0331738-8)  
**Comarca Origem:** Vara Única de Águas Belas  
**Impetrante:** Roberto Lapa Leite  
**Paciente:** **Rejane Ferreira da Silva**  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

---

**VOTO DO RELATOR**

---

Compulsando os autos, verifico que a denúncia foi oferecida em 11/01/2014, em desfavor da ora paciente, narrando a inicial acusatória que a denunciada foi flagrada tentando sacar, de maneira fraudulenta, na Agência do Banco Santander, dinheiro proveniente do contrato de mútuo consignado em folha, mediante apresentação de documentos públicos adulterados ou falsificados, consistentes na cédula de identidade e CPF em nome de Maria das Neves Gomes.

Após os trâmites de estilo, foi a denúncia recebida em 24/01/2014 e, uma vez recebida a defesa escrita em 11/02/2014, foi designada audiência de instrução para o dia 28/05/2014.

**Pois bem.**

Inicialmente, em relação ao suposto excesso de prazo na conclusão do Inquérito Policial, entendo que o mesmo encontra-se superado com o oferecimento da denúncia e regular tramitação do processo. Ademais, a teor da Súmula nº 91 do TJPE, "*Eventuais irregularidades no Inquérito Policial não contaminam o processo nem ensejam a sua nulidade*".

Por outro lado, diante das informações prestadas pela autoridade impetrada, observo que o processo encontra-se tramitando de forma regular, tendo o Judiciário se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário,

não havendo qualquer ilegalidade no processo a ser sanada por via da concessão da presente ordem.

Em relação à suposta inocência da paciente, é cediço que o *habeas corpus* não é meio adequado para revolvimento probatório, cabendo à instrução a discussão acerca da culpa ou não da acusada.

Neste sentido:

*STJ: "(...) A absolvição do Paciente requer reexame fático-probatório, avaliação esta imprópria de ser realizada em via de habeas corpus, remédio de rito célere e de cognição sumária. Precedentes. 7. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 277.239/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 27/05/2014).*

**Súmula nº 80 do TJPE:** *A restrita via do habeas corpus não comporta o revolvimento probatório necessário à aferição da negativa de autoria.*

No que tange à prisão preventiva, constata-se que a medida foi tomada pelo Juízo *a quo*, em 03/01/2014, porque, em liberdade, a imputada representa ameaça à ordem pública, ante a possibilidade de reiteração criminosa, vez que a paciente cometeu o mesmo delito em outro Estado.

Outrossim, destacou o Juízo *a quo* que, residindo em outro Estado e diante do caráter delitivo que demonstra, há risco real de a paciente evadir-se do distrito da culpa, frustrando, assim, a aplicação da lei penal.

Por fim, destaco que a presença de condições favoráveis, tais como residência fixa, primariedade e ocupação lícita, embora devam ser devidamente valoradas, não são suficientes, por si sós, para obstar a decretação da prisão cautelar, quando, devidamente embasada nos fundamentos do art. 312 do Código de Processo Penal, esta mostrar-se necessária, fato que se amolda ao caso em tela.

*MA*

Dessa forma, estando a decisão devidamente fundamentada em dados concretos, entendo inviável a concessão da liberdade provisória solicitada pelo impetrante.

Neste sentido, destaco:

**STJ: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. 1. CORRUPÇÃO PASSIVA E FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E PERICULOSIDADE SOCIAL DO RECORRENTE. NECESSIDADE DA PRISÃO DEMONSTRADA. 2. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 3. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE 4. RECURSO IMPROVIDO. (...) 2. No caso, inexistente ilegalidade a ser sanada, pois a prisão provisória encontra-se fundamentada na gravidade concreta da conduta e na periculosidade social do recorrente, visto que as instâncias ordinárias apresentaram fundamentação idônea para a manutenção da prisão cautelar, enfatizando a mecânica delitiva do crime, a periculosidade do recorrente que, em tese, integra organização criminosa especializada no contrabando e comércio ilegal de combustíveis oriundos da Venezuela, bem como a possibilidade concreta de reiteração delitiva, circunstâncias essas ensejadoras de risco à ordem pública nos moldes do preconizado no art. 312 do Código de Processo Penal. (...) 5. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC 45.638/RR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 21/05/2014).**

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA. RECEIO FUNDADO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Hipótese em que as instâncias ordinárias entenderam, com base em argumentos concretos, que a custódia cautelar do Recorrente é necessária para a garantia da ordem pública. Com efeito, além da existência de outra ocorrência policial do Recorrente por crime da Lei de Tóxicos, foi consignado que a prisão resultou de investigações preliminares realizadas pela Autoridade Policial, a qual desvelou a existência, em tese, de uma associação criminosa destinada ao tráfico ilícito de drogas, tudo a revelar receio concreto de reiteração delitiva.

**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

---

2. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 3. Recurso desprovido. (RHC 46.926/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

Ante o exposto, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 21 de Maio de 2014

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**